

Marcas da corrupção na história da Federação Paraibana de Futebol (1980-2018)¹

Raniery Soares LACERDA²
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

RESUMO

Futebol e política são dois caminhos que sempre se cruzam, seja nas boas práticas ou também nas que são deploráveis. O objetivo desse estudo é apresentar fatos que demonstram marcas de corrupção na história da Federação Paraibana de Futebol, dentro de um recorte de 38 anos de história. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica em livros sobre a história do futebol da Paraíba, foram analisadas notícias publicadas em veículos de comunicação com abrangência local, regional e nacional. Como a pesquisa está em andamento, até o momento foram abordados fatos que envolvem o processo eleitoral ou o mandato de quatro presidentes da entidade.

PALAVRAS-CHAVE: futebol; Paraíba; corrupção; Federação Paraibana de Futebol.

Introdução

O futebol na Paraíba surgiu em 1908, pouco após uma década do início da modalidade no Brasil. Marques (1975) afirma que os responsáveis foram alguns jovens paraibanos que, em um período de férias, voltaram à Parahyba do Norte³ e um deles trouxe uma bola. Com as regras do esporte já sendo praticadas no país desde o final dos anos 1800, uma delas era a presença de dois times em campo para iniciar uma disputa. Sendo assim, na Paraíba, foi criado o *Club de Foot Ball Parahyba*, sendo este organizado em equipes Norte e Sul.

Outros times foram surgindo na capital paraibana, assim como a necessidade de organizar a modalidade na localidade. Assim, na década de 1910, houve a fundação da *Liga Parahybana de Foot Ball* – nome utilizado até 1918 – chamada posteriormente de Liga Desportiva Parahybana, perdurando assim até 1940. Com o Decreto-Lei nº 3.199, o Governo Federal estabeleceu “as bases de organização dos desportos em todo o país” (BRASIL, 1941) e instituiu a criação de confederações e federações, sendo uma delas, a

¹ Trabalho apresentado no GTNE04 – Comunicação e Esporte, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da UFPB e integrante da Rede Nordestina de Estudos em Mídia e Esporte (ReNEme). Narrador Esportivo da Rádio Tabajara da Paraíba. E-mail: ranierysoareslacerda@gmail.com.

³ Nome da capital do Estado da Paraíba até setembro de 1930, quando a Assembleia Legislativa da Paraíba sancionou a Lei Estadual nº 700, que modificou o nome para João Pessoa, em razão do assassinato do político homônimo.

Federação Desportiva Paraibana (1941-1947), antecessora da Federação Paraibana de Futebol (FPF), como é chamada atualmente.

Confederações, federações, associações, sindicatos, cooperativas e vários instrumentos, que devem servir como organização política de um determinado segmento, passam por episódios de corrupção, igualmente aos poderes Executivo e Legislativo de qualquer nação. Essa ‘prática’, ao que parece, já está estabelecida como uma espécie de algo que pode ser chamado de ‘doença social’. Como o futebol não é um acontecimento alheio à sociedade, as entidades ligadas a modalidade também registram episódios de corrupção ao longo da história.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é identificar eventos que ficaram caracterizados como supostas marcas de corrupção na história da Federação Paraibana de Futebol em um período de 40 anos (1980-2020). A escolha foi feita levando em consideração que durante este tempo, os representantes que dirigiram a entidade pertenciam ao mesmo grupo político.

Juraci: do descontentamento local à repercussão nacional

As marcas – ou sinais – da corrupção no comando da Federação Paraibana de Futebol vêm de um descontentamento com a forma como a referida entidade estava sendo conduzida pelo seu presidente à época, Juraci Pedro Gomes, eleito em 1979. Na edição de 26 de novembro de 1982 da coluna Contra-Ataque, publicada pelo jornalista Tarcísio Neves no jornal A União, há um relato sobre como o dirigente usava o poder proporcionado pelo cargo que ocupava na entidade paraibana, indicando uma suposta compra de votos de clubes amadores para as eleições de janeiro de 1983, quando seria candidato à reeleição:

[...] Apopléticos, todos que apoiaram-no, o viram se transformando numa legenda apoteótica falsa, diante de indefesos dirigentes dos clubes amadores - hoje a sua maior arma para buscar a reeleição - em função dos fardos de materiais esportivos distribuídos com os protótipos, alienando-os e por que não dizer, aliciando-os com a sua faraônica política de bastidores. (A UNIÃO, 1982, p. 9)

A “fama” sobre a maneira como Juraci Pedro Gomes geria a Federação Paraibana de Futebol ganhou repercussão nacional em março de 1985, após a publicação de uma reportagem especial feita pelo jornalista Marcelo Rezende e publicada na Revista Placar.

Com o título “*PODRES PODERES: Corrupção. Esta palavra define o quadro da maioria das Federações de futebol do país, visitadas durante seis meses pelo nosso repórter*”, a publicação teve como pauta visitar as 22 entidades que comandavam o futebol em alguns estados do Brasil, com o objetivo de retratar as formas de comportamento dos seus respectivos dirigentes, dentre elas, a do mandatário paraibano.

O cenário da Paraíba não mudou em absolutamente nada: as práticas já relatadas por Tarcísio Neves em A União foram apenas reforçadas – e detalhadas – por Marcelo Rezende na Revista Placar:

Clubes amadores e Ligas municipais sempre se alinharam ao lado de Juraci, proporcionalmente o maior doador de material esportivo do Brasil. Eleito, Juraci tomou o cargo e o colocou a seu serviço: imediatamente, depositou em sua conta pessoal 485.000 cruzeiros remetidos pela CBF para a Seleção de Juniores. Com este dinheiro, comprou material esportivo em sua própria loja - que tem em sociedade com a mulher. Gostou da prática e a mantém até hoje - bolas, uniformes, chuteiras, redes, são adquiridas em seu estabelecimento comercial, com o dinheiro da Federação. (REZENDE, 1985, p. 35)

No ano da reportagem citada acima (1985), Juraci Pedro Gomes já estava na reta final do seu segundo mandato. Por causa da sua forma de administrar a entidade, a justiça decretou uma intervenção, onde quem assumiu a presidência da Federação Paraibana – na condição de interventor – foi o seu opositor no último pleito, o jornalista Manoel Raposo, que permaneceu no comando até 1989.

Rosilene: a herança do marido que quase virou perpetuação no poder

Rosilene de Araújo Gomes. O último sobrenome nem é por acaso e nem coincidência. Esposa de Juraci Pedro Gomes, ela já tinha participação em meio ao futebol paraibano, na época em que seu marido era presidente da Federação Paraibana, auxiliando na administração da entidade e da loja em que eram sócios, conhecida como O Rei dos Esportes, fundada em 1970.

Com o objetivo de retomar o comando da Federação Paraibana de Futebol, Juraci decide lançar Rosilene como candidata em 1989. No pleito em questão, Manoel Raposo (atual interventor da entidade) foi candidato à vice, tendo como seu parceiro de chapa João Gonçalves, à época dirigente de um clube amador da cidade de João Pessoa, na Paraíba, e atualmente deputado estadual.

No momento da contagem dos votos, uma confusão generalizada entre o grupo de Juraci/Rosilene e o de João Gonçalves terminou em agressões físicas e a eleição sendo adiada. Na nova data, Rosilene Gomes acabou concorrendo sozinha e foi eleita, com destaque para a votação em massa dos clubes não-profissionais de João Pessoa.

Sendo a única mulher presidente de uma federação de futebol no país, Rosilene atuou por várias vezes como chefe de delegação da seleção brasileira feminina em eventos internacionais. Essas oportunidades lhe renderam uma boa relação de aliança com figuras poderosas em âmbito nacional e internacional, a exemplo de Joseph Blatter (presidente da Fifa entre 1998 e 2015) e José Maria Marin (presidente da Confederação Brasileira de Futebol entre 2012 e 2015), onde sempre eram vistos juntos em fotografias.

A partir de então, começava um projeto de quase perpetuação no comando da entidade. Quase, pois em abril de 2014, a juíza Renata da Câmara Pires Belmont, da 8ª Vara Cível de João Pessoa, determinou o afastamento de Rosilene Gomes por causa de irregularidades no processo eleitoral realizado em junho de 2010.

O que já havia passado de marido para esposa, também estava passando de mãe para filhos. Um indício de fraude foi a participação de herdeiros de Rosilene Gomes como dirigentes de clubes e que, supostamente, teriam direito a voto. De acordo com Caldas e Wanderley (2014), além de funcionários da Federação e do presidente do Sindicato dos Árbitros da Paraíba:

[...] dois dos filhos da ex-presidente, Tyrone e Sandro de Araújo Gomes, votaram respectivamente em nome do ABC Futebol Clube e do Jangadeiro Futebol Clube. O primeiro, segundo documento do MP, uma entidade com “situação cadastral baixada” (perda de sua personalidade jurídica); o segundo, uma entidade com “número de CNPJ tido como inválido”. (CALDAS e WANDERLEY, 2014, online)

Com Rosilene Gomes deposta do cargo, a Justiça deixou a Federação sob o comando de uma junta administrativa. Ela foi responsável por convocar as eleições que escolhera um presidente após duas décadas e meia de perpetuação no poder por parte da mandatária.

Amadeu: entrou apoiado por Rosilene, saiu como escândalo nacional

Amadeu Rodrigues foi eleito em dezembro de 2014, enfrentando inclusive o poder político do Governo da Paraíba, já que do outro lado da disputa estava o irmão do

então governador Ricardo Coutinho, Coriolano Coutinho. Ainda havia um terceiro candidato: João Máximo Malheiros, que havia sido membro da junta administrativa.

Apoiado pela Família Gomes, Amadeu teve como elemento crucial para a sua eleição, o mesmo utilizado por Juraci e Rosilene: os votos dos clubes amadores.

Só que em 2018, um dia após a final do Campeonato Paraibano da 1ª Divisão, uma operação policial na sede da Federação, além de residências de árbitros e dirigentes, revelou um escândalo que se tornou notícia em todo o Brasil. A Operação Cartola mostrou um esquema de manipulação de resultados no futebol da Paraíba. Era a marca da corrupção saindo da gestão da Federação para influenciar diretamente no que acontecia dentro dos gramados.

No mesmo ano, o STJD⁴ baniu Amadeu Rodrigues e outros cinco envolvidos no esquema.

Michelle: Rosilene Gomes emplaca uma mulher na presidência

Advogada ligada a Família Gomes, Michelle Ramalho foi o nome escolhido como candidata à presidência da Federação Paraibana de Futebol em 2018, logo após a saída de Amadeu Rodrigues. Antes de chegar ao cargo máximo da entidade, Michelle foi advogada do Treze Futebol Clube da Paraíba e auditora do STJD.

Além do apoio dado por Rosilene e Juraci Pedro Gomes, a família ainda conseguiu emplacar uma neta como vice: Thalyta Gomes. Na época do pleito que elegeu Michelle, a FPF-PB estava sob intervenção decretada pela CBF e no comando estava um também auditor do STJD, assim como Michelle, João Bosco Luz. Sendo assim, a advogada ficou rotulada como “Candidata da Intervenção”.

Concorrendo contra o também advogado Eduardo Araújo, a suspeita de corrupção é que o processo eleitoral sofreu influência da própria intervenção e até mesmo da CBF, que afastou um funcionário da Federação, de acordo com Justo e Lincoln Jr (2018):

Após o afastamento de Ademário, uma funcionária da CBF assumiu a função e 11 ligas, até então irregulares, foram incluídas no sistema e tiveram permissão de votar. Pelo menos quatro clubes, também com problemas na documentação, conseguiram votar em Michele. Um deles foi o Diamante Esporte Clube. O time amador de João Pessoa só foi regularizado no sistema da CBF no dia 24 de outubro, ou seja, quase um mês depois das eleições na Federação. [...] O colégio eleitoral passou de 30 clubes e nenhuma liga amadora, para 34 clubes e 11 Ligas.

⁴ Sigla referente ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Entre os novos votantes, quatro clubes e oito ligas irregulares declararam voto em Michele Ramalho. Esse apoio de última hora foi fundamental para a vitória dela por dois votos de diferença. (JUSTO e LINCOLN JR, 2018, online)

O grupo derrotado entrou com uma ação na Justiça, mas sem sucesso, tanto que Michelle Ramalho foi reeleita em 2022 e segue presidindo a entidade que comanda o futebol na Paraíba.

Resultados esperados

O objetivo desse estudo tem sido apresentar fatos que demonstrem marcas de corrupção na história da Federação Paraibana de Futebol. Em um recorte inicial, foi escolhido um período de 38 anos, exatamente por compreender aproximadamente a eleição de quatro presidentes, todos ligados ao mesmo grupo político.

Como resultados, se espera resgatar fragmentos sobre como a "Casa da Bola Paraibana" foi gerida durante esse tempo, até para buscar compreensões que possam levar a entender a situação do futebol paraibano em âmbito local, regional e nacional.

Referências

A UNIÃO, 26 de novembro de 1982 (sexta-feira) – p. 9 – **Juraci com o seu trono ameaçado**. Coluna Contra-Ataque, por Tarcísio Neves. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1980/1982/novembro/a-uniao-26-11-1982.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024

BRASIL. Decreto-Lei Nº. 3.199, de 14 abr. 1941. **Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm>. Acessado em: 09 mai 2024.

CALDAS, Phelipe; WANDERLEY, Hévilla. Filhos da presidente teriam utilizado 'clubes irregulares' para votar na FPF. **Globoesporte.com**, 2014. Disponível em <https://ge.globo.com/pb/noticia/2014/04/filhos-da-presidente-teriam-utilizado-clubes-irregulares-para-votar-na-fpf.html>. Acesso em: 05 jun. 2024

JUSTO, Fred; LINCOLN JR, Ronald. **Eleição para presidência da Federação Paraibana de Futebol sob suspeita de fraude**. **Globoesporte.com**, 2018. Disponível em <<https://ge.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/eleicao-para-presidencia-da-federacao-paraibana-de-futebol-sob-suspeita-de-fraude.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARQUES, Walfredo. **A História do Futebol Paraibano**. João Pessoa: Editora A União, 1975.

REZENDE, Marcelo. Podres Poderes. **Revista Placar**, São Paulo, nº 772, p. 33-42, Março de 1985.